



Plataforma Brasileira de
Direitos Humanos Econômicos,
Sociais, Culturais e Ambientais

DHESCA BRASIL INFORMA - 34

Boletim Informativo da Plataforma Dhesca Brasil - abril de 2010
www.dhescabrasil.org.br

Acidente no Japão provoca debate sobre segurança e energia nuclear

O Brasil extrai urânio na Bahia e exporta o material para outros países. Denúncias sobre vazamentos levaram a Relatoria de Meio Ambiente a investigar o tema. O relatório final desta missão será lançado em breve.

Após o desastre no Japão e os perigos com as usinas nucleares de Fukushima, o relatório sobre a missão realizada em [Caetité](#)¹ (BA), que investiga a exploração de urânio no Brasil, ganha ainda mais relevância. A relatora Marijane Lisboa esteve, em julho do ano passado, na cidade baiana para investigar a extração do material e os impactos da atividade para a população local, a partir do contexto da retomada do programa nuclear brasileiro.

Na missão, foram relatadas diversas irregularidades, com denúncias sobre a ocorrência de vazamentos sem a devida informação a população local. Ainda no início deste mês, a relatoria retornou ao estado baiano, onde teve uma nova rodada de conversas com autoridades responsáveis pelo assunto, sem que infelizmente houvesse garantias mais concretas de solução aos problemas denunciados.

Uma prévia do relatório sobre Caetité será debatido no dia 26 (terça-feira) durante evento no Rio de Janeiro, onde serão lembrados os 25 anos do desastre de Chernobyl. O relatório final sobre Caetité deverá ser lançado em breve, em Audiência Pública em Brasília.

CIDH determina suspensão de Belo Monte

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH – determinou ao governo brasileiro a interrupção imediata do licenciamento da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA). Entre os problemas apontados pela CIDH está a falta de oitivas com as populações indígenas que serão impactadas diretamente pela obra. No ano passado, a Relatoria de Meio Ambiente esteve no Xingu para investigar os impactos da obra e divulgou um relatório com todas as violações e impactos causados pela obra ([leia o relatório produzido](#))². No dia 13, a Comissão de Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) também divulgou um informe sobre Belo Monte, apontando vários problemas já causados pela obra. Na apresentação do informe, o vice-presidente do CDDPH, Percílio de Sousa Lima Neto, contou como foi a visita ao local, onde os representantes do Conselho constataram uma "ausência absoluta do Estado".

Em uma reação inesperada, o Ministério de Relações Exteriores afirmou que o pedido da OEA é "precipitado e injustificado", e outros órgãos do governo e parlamentares também se manifestaram contrários a decisão da Corte. A retirada da candidatura de Paulo Vanucchi a CIDH pode ter sido uma reação do governo para demonstrar seu descontentamento com a decisão.

As organizações e movimentos de direitos humanos [criticaram o posicionamento](#)³ e denunciam o perfil autoritário com que o governo federal tem encaminhado a decisão pela hidrelétrica. Diversas organizações e movimentos estão encaminhando cartas de apoio a CIDH, incluindo a Plataforma Dhesca.

Ministérios irão apresentar prioridades sobre PNDH 3 em maio

¹ http://www.dhescabrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=379:relatoria-investiga-extracao-de-uranio-na-bahia&catid=131:relatorios&Itemid=156

² [http://www.dhescabrasil.org.br/attachments/293_SUM%C3%81RIO%20EXECUTIVO%20final.2\[1\].pdf](http://www.dhescabrasil.org.br/attachments/293_SUM%C3%81RIO%20EXECUTIVO%20final.2[1].pdf)

³ http://www.dhescabrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=441:nota-publica-sobre-manifestacao-do-itamaraty&catid=69:antiga-rok-stories

As redes de direitos humanos Plataforma Dhesca, MNDH, AMB e FENDH participaram, no dia 7 de abril, de uma nova reunião do Comitê Interministerial de Monitoramento do PNDH 3. Na reunião, foi discutido o papel do Comitê frente aos fóruns que irão encaminhar as quatro áreas estratégicas do governo Dilma – Desenvolvimento Econômico, Erradicação da Pobreza, Infraestrutura e Direitos da Cidadania. A decisão é de que o Comitê do PNDH deverá articular as ações previstas no Plano, interagindo com os eixos estratégicos e fortalecendo uma política pública de Direitos Humanos.

Na próxima reunião do Comitê, marcada para 5 de maio, os ministérios irão apresentar suas propostas para o Plano Bienal de DH, já levando em consideração as diretrizes defendidas pelo governo. Outro ponto de pauta da próxima reunião será as garantias de participação da sociedade civil, a constituição de um monitoramento autônomo da implantação do PNDH e a composição e funcionamento das Câmaras Técnicas.

Encontro de Direitos Humanos – O secretário executivo da SDH, André Lázaro, afirmou o interesse da Secretaria em participar da promoção do Encontro de Direitos Humanos. A ideia do Encontro foi apresentada pelas redes de direitos humanos no final do ano passado, com a avaliação de que é necessário avançar na implementação do PNDH ao invés de promover uma nova conferência. André Lázaro apontou os cortes orçamentários como um fator limitador, mas afirmou que irá se reunir com as Comissões de DH da Câmara e do Senado para conversarem sobre o tema.

A sociedade civil realizou uma teleconferência nessa segunda-feira (18), quando debateu temas de interesse para o Encontro, como a criminalização dos movimentos sociais, proteção de defensores/as de direitos humanos, promoção dos direitos humanos e desenvolvimento e DH. A avaliação é de que cada eixo deve ter até três temas elencados, mas que o debate central é a implementação do PNDH 3.

RELATORIAS DE DIREITOS HUMANOS

MEIO AMBIENTE:

Complexo do Madeira/Jirau – O relator Guilherme Zagallo esteve em missão na região do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, em Rondônia, para investigar os inúmeros conflitos ocorridos desde que trabalhadores das usinas de Jirau e Santo Antônio denunciaram violações aos direitos humanos no canteiro de obras. A relatoria de Meio Ambiente já realizou uma missão sobre a [usina do Madeira](#), em 2007⁴, quando descobriu, entre outras violações, a existência de índios isolados na área que seria afetada pela obra – um dos maiores empreendimentos do PAC, com financiamento do BNDES. O novo relatório será lançado em breve.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS:

Mortalidade Materna por Abortamento Inseguro - Nesse mês, a Relatoria de Saúde, a Rede Feminista e o IPAS encaminharam um ofício para o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas que reúne informações sobre morte materna no Brasil e algumas propostas desenvolvidas para analisar os casos. Entre as propostas, está a metodologia desenvolvida pela Relatoria e pela Rede para que os Comitês de Mortalidade Materna analisem os casos por abortamento inseguro usando uma abordagem de direitos humanos. O método permite identificar outros fatores que influenciam a ocorrência dos óbitos e, com isso, auxilia o desenvolvimento de políticas públicas para evitar novas violações. Desde o ano passado, a Relatora já visitou sete comitês para debater e acompanhar a aplicação da metodologia. A proposta é acompanhada por especialistas, como Beatriz Galli e Telia Negrão.

TERRA, TERRITÓRIO E ALIMENTAÇÃO:

Alcântara – A Relatoria recebeu uma denúncia vinda de Alcântara, onde a Marinha tem realizado um cadastramento das famílias que moram no município. Não existem informações sobre o motivo de tal cadastramento e nem para que essas informações serão utilizadas. O município maranhense é palco de várias violações de direitos humanos contra comunidades quilombolas, desde 1989, quando foi instalada a Base de Lançamento de Alcântara. A construção da Base deslocou compulsoriamente 32 comunidades quilombolas e está em um

⁴ http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=143:meio-ambiente-missao-rio-madeira-ro&catid=153:meio-ambiente&Itemid=193

local onde existem mais de 100 comunidades. A relatoria irá investigar o caso e buscar mais informações sobre o cadastramento.

Estrangeirização de terras – O relator Sérgio Sauer participou na semana passada da Conferência Internacional sobre Estrangeirização de Terras, realizado pelo Comitê para a Segurança Alimentar da ONU. Sauer apresentou um de seus trabalhos no evento e foi convidado para integrar um Painel de Experts, que deverá formular um relatório sobre a corrida mundial por terras e o impacto desse movimento na segurança alimentar. O Painel é formado por outros quatro especialistas, que irão debater o cenário mundial e recomendações para as Nações Unidas.

CIDADE:

Copa do Mundo – Nos dias 18,19 e 20 de maio, a Relatoria de Cidade irá realizar uma missão no Rio de Janeiro para investigar os impactos das intervenções da Copa 2014. O último dia da missão contará com a presença da Relatora da ONU, Raquel Rolnik. A missão será realizada em parceria com o Comitê Popular, Fórum Nacional de Reforma Urbana, Núcleo da Terra da Defensoria do Rio de Janeiro, Pastoral das Favelas, GT Conflitos do Conselho das Cidades e outras entidades interessadas.

Missão Piauí – O relatório sobre a missão realizada no Piauí já está disponível. Em dois dias de visita, a relatoria esteve com seis comunidades, que somam quase seis mil famílias que vivem sob a ameaça de despejo. [Leia mais](#)⁵.

EDUCAÇÃO:

Semana de Ação Mundial 2011 – A relatoria de Educação está apoiando a realização da Semana de Ação Mundial 2011, que desde 2003 ocorre em mais de 100 países para pressionar pelo cumprimento dos tratados e leis referentes a garantia do direito à educação. A Semana irá de 2 a 8 de maio é coordenada no Brasil pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e nesse ano trabalhará com o tema “Educação não-discriminatória. Entre as diversas ações pensadas, está uma atividade no dia 4 de maio em Brasília para discutir o tema. Informações e dúvidas no site: <http://www.campanhaeducacao.org.br/>

DIREITOS HUMANOS

Plataforma Dhesca, PAD e Projeto Monitoramento realizam atividade conjunta

A Plataforma Dhesca, o PAD e Projeto Monitoramento realizaram um encontro, do dia 11 a 13 de abril, sobre o PNDH-3, a participação social nas políticas públicas e o novo marco regulatório para acesso a recursos públicos. O encontro aconteceu em Brasília e contou com a participação de aproximadamente 35 organizações da sociedade civil.

Um dos momentos do encontro foi a reunião com a Secretaria Geral da Presidência da República, a de Direitos Humanos e a de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Pedro Pontual, representante da Secretaria Geral, colocou as expectativas quanto à construção do marco legal para acesso a recursos públicos, bem como a visão sobre a participação social na efetivação de políticas públicas. A SEPPIR e a SDH discutiram o horizonte do processo de implementação do PNDH-3. A Secretaria de Políticas para as Mulheres foi convidada, mas não compareceu ao evento.

PIDHDD realiza em maio sua Assembléia Geral

A Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento – PIDHDD – irá realizar, em maio, o encontro para definição de nova secretaria e do plano de ação para o próximo período da rede. A Plataforma Dhesca é filiada da PIDHDD e irá participar do encontro, que é dividido em três partes: balanço do período anterior e informe dos países; discussão sobre mudanças estatutárias na rede e eleição da nova secretaria. Mais informações sobre a PIDHDD no site www.pidhdd.org.

EXPEDIENTE

Secretaria Executiva da Plataforma Dhesca Brasil

⁵ http://www.dhescabrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=440:2010-cidade-missao-piaui-nazarios-e-teresina&catid=129:relatorios&Itemid=152

Danilo Uler Corregliano: secretaria@dhescbrasil.org.br
Laura Bregenski Schühli (MTB 8405 – PT): comunicacao@dhescbrasil.org.br

Endereço: Secretaria Executiva da Plataforma Dhesca Brasil

Rua Des. Ermelino de Leão, 15, conj. 72 – Centro – CEP: 80410-230 – Curitiba/PR – Brasil

Tel: +55 (41) 3014-4651 - + 55 (41) 3232-4660

Acesse o site: www.dhescbrasil.org.br